



# PLANO DE AÇÕES PARA A **TRANSIÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

Na Administração Pública do Estado do Acre

**SEPLAN**  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO



GOVERNO DO  
**ACRE**  
Trabalho para cuidar das pessoas

# FICHA TÉCNICA

## COORDENAÇÃO GERAL

### Ítalo César Soares de Medeiros

Coordenador da Secretaria de Estado da Casa Civil

### Kelly Cristina Lacerda

Secretária Adjunta de Planejamento

### Leandro André Knorst

Chefe do Departamento de Gerenciamento de Créditos a Gestão e Modernização - Secretaria de Estado de Planejamento(SEPLAN)

## REVISÃO

### Ricardo Brandão dos Santos

Secretário de Estado de Planejamento

### Regiani Cristina de Oliveira

Diretora de Planejamento e Governança

# FICHA TÉCNICA

## EQUIPE TÉCNICA

### **Leonardo Carneiro Fontineles Alves**

Chefe da Divisão Técnica de Energia Elétrica-  
DITEEL/AGEAC

### **Ricardo Pupin Costa**

Chefe da Divisão Técnica de Telecomunicações  
- Agência Reguladora dos Serviços Públicos do  
Estado do Acre(AGEAC)

### **Keuly Tavares Queiroz Costa**

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa  
Secretaria de Estado de Administração – SEAD

### **Adriano Magalhães da Silva**

Diretor de Governança e Gestão Estratégica -  
Secretaria de Estado da Fazenda(SEFAZ)

### **Leonardo das Neves Carvalho**

Secretário de Estado de Meio Ambiente(SEMA)

### **Renata Silva e Souza**

Secretária Adjunta de Meio Ambiente(SEMA)

### **Ítalo Almeida Lopes**

Secretário de Estado de Obras Públicas

### **Felipe Santos Vaz Barbosa**

Engenheiro eletricista - Secretaria de Estado de  
Obras Públicas(SEOP)

### **Leonardo Silva Cesário Rosa**

Procurador-Geral Adjunto

### **Lucas Granjeiro Bonifácio**

Procurador Chefe Procuradoria Administrativa  
Procuradoria Geral do Estado do Acre(PGE)

# Sumário

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2. CONTEXTO E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO.....</b>	<b>06</b>
2.1. Alinhamento às Agendas Climáticas Nacionais e Internacionais.....	08
2.2. Potencial do Acre para Fontes Renováveis e Eficiência Energética.....	09
2.2.1. Potencial de energia solar fotovoltaica.....	09
2.2.2. Eficiência energética em prédios públicos.....	10
2.2.3. Geração distribuída nos sistemas isolados e comunidades remotas.....	12
2.3. Acre como Liderança na Transição Energética da Amazônia.....	14
2.4. Contribuição para a neutralidade climática e descarbonização da Administração Pública.....	16
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>20</b>
3.1. Objetivo Geral.....	20
3.2. Objetivos específicos.....	20
<b>4. ESCOPO.....</b>	<b>21</b>
<b>5. EIXOS ESTRATÉGICOS E PLANO DE AÇÕES.....</b>	<b>22</b>
<b>6. CRONOGRAMA.....</b>	<b>28</b>
<b>7. MATRIZ DE RISCOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>8. RESULTADOS ESPERADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>9. FONTES E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
<b>10. ANEXOS.....</b>	<b>34</b>

# 1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Transição Energética na administração pública do Estado do Acre tem como finalidade promover a modernização da gestão energética governamental, reduzindo custos operacionais, emissões de gases de efeito estufa e dependência de fontes fósseis, ao mesmo tempo em que fortalece a sustentabilidade fiscal, ambiental e institucional da Administração Pública Estadual.



# 2. CONTEXTO E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Programa Estadual de Transição Energética do Acre insere-se em um contexto estratégico marcado pela convergência entre compromissos climáticos nacionais e internacionais, transformações recentes na matriz elétrica estadual e oportunidades concretas de modernização da gestão pública. Alinhado à Política Nacional de Transição Energética (PNTE), ao Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o programa incorpora orientações voltadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa, à ampliação do uso de fontes renováveis e ao fortalecimento da eficiência energética. Ao internalizar essas diretrizes no âmbito subnacional, o Estado do Acre contribui de forma direta para o cumprimento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil e para os objetivos de neutralidade climática de longo prazo, consolidando a transição energética como política pública estruturante e transversal.

No plano estadual, o programa apresenta aderência direta aos principais instrumentos de planejamento estratégico e orçamentário do Governo do Acre, em especial à Agenda Acre 10 Anos (2023–2032), ao Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e ao Plano Estratégico de Governo 2023–2026. No âmbito da Agenda Acre 10 Anos, dialoga de forma estruturante com os pilares de infraestrutura e de inovação e serviços públicos, ao propor a modernização da infraestrutura energética estadual, a incorporação de critérios de eficiência energética em obras públicas e a redução das emissões associadas às atividades governamentais.



A atuação do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Estadual nº 11.681/2025 reforça esse alinhamento ao adotar uma abordagem de governança colaborativa, estimulando a articulação interinstitucional e a participação de parceiros externos, em consonância com o pilar de inovação e com a melhoria da qualidade dos serviços públicos. De forma complementar, o PPA 2024–2027 fornece o marco programático e orçamentário para a implementação das ações propostas, enquanto o Plano Estratégico de Governo reforça a centralidade da transição energética como instrumento de proteção ambiental, modernização da infraestrutura pública e estímulo à inovação e aos investimentos sustentáveis.

Sob a perspectiva técnica e territorial, o Acre reúne condições objetivas para avançar na transição energética, destacando-se o potencial para a geração solar fotovoltaica, as oportunidades de redução do consumo energético no patrimônio público e a viabilidade de soluções descentralizadas para sistemas isolados e comunidades remotas. A recente interligação da região do Juruá ao Sistema Interligado Nacional constituiu um marco estrutural na matriz elétrica estadual, ao reduzir de forma significativa a dependência de geração térmica a diesel e ampliar a segurança do suprimento energético, com reflexos positivos sobre custos e emissões.

Nesse contexto, a adoção de diretrizes de eficiência energética em edificações públicas, a expansão da geração renovável distribuída e a incorporação progressiva de critérios de descarbonização na gestão pública reforçam o papel do Acre como referência regional na transição energética na Amazônia, ao mesmo tempo em que geram benefícios econômicos, ambientais e sociais compatíveis com sua trajetória histórica de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Adicionalmente, o Estado do Acre avança na integração das políticas climáticas ao planejamento orçamentário por meio do Orçamento Climático Estadual, uma ferramenta fiscal e de governança pioneira que alinha os investimentos públicos às metas climáticas de longo prazo. Instituído por legislação específica atualmente em tramitação, esse Orçamento Climático estabelece marcadores climáticos correspondentes a sete eixos estruturantes da agenda climática estadual, incluindo Desenvolvimento Sustentável e Bioeconomia, Mitigação das Mudanças Climáticas, Adaptação às Mudanças Climáticas, Justiça Climática e Inclusão Social, entre outros, facilitando a classificação e o monitoramento dos gastos públicos relacionados ao clima. Essa abordagem inovadora assegura que as ações de transição energética estejam inseridas de forma transversal no orçamento estadual, fortalecendo a coerência entre o planejamento estratégico, a alocação de recursos e os compromissos climáticos assumidos.

# 2.1 Alinhamento às Agendas Climáticas Nacionais e Internacionais

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



O Programa de Transição Energética do Acre está intrinsecamente alinhado às políticas climáticas globais e nacionais vigentes. Em nível nacional, destaca-se a Política Nacional de Transição Energética (PNTE), instituída em 2024 como parte dos esforços do Brasil para reestruturar sua matriz energética de forma sustentável. A PNTE integra políticas públicas setoriais visando promover uma transição energética justa e inclusiva, com mitigação de emissões de gases de efeito estufa e combate à pobreza energética. Um de seus principais instrumentos é o Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e apoiado pela EPE, que estabelece ações de longo prazo com vistas à neutralidade de emissões e ao desenvolvimento econômico sustentável. Em outras palavras, o PLANTE traduz os objetivos da PNTE em metas concretas de diversificação da matriz, ampliação de renováveis e eficiência, em consonância com compromissos climáticos de longo prazo.

No âmbito internacional, o Acre busca atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, especialmente o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível e o ODS 13 – Ação contra a Mudança do Clima.

O ODS 7 visa “garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável

para todos”, ressaltando tanto a expansão do acesso à eletricidade quanto o aumento da participação de fontes renováveis e da eficiência energética. Já o ODS 13 conclama os países a “adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e seus impactos”, integrando a agenda climática aos planejamentos nacionais.

Nesse sentido, o programa de transição energética do Estado do Acre, responde a essas metas globais ao propor ações concretas de redução de emissões no setor de energia e de promoção de energias limpas em âmbito subnacional. Vale lembrar que o Brasil, por meio de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) no Acordo de Paris, reforçou recentemente seu compromisso de cortar 53% das emissões de GEE até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono em 2050. O Estado do Acre, ao implementar políticas alinhadas com a PNTE/PLANTE e os ODS, contribui diretamente para que o país atinja essas metas, internalizando as diretrizes climáticas nas políticas estaduais (conforme preconiza também a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC). Assim, o programa justifica-se não apenas por seus benefícios locais, mas por situar o Acre como parte ativa do esforço global de descarbonização e cumprimento do Acordo de Paris.

# 2.2 Potencial do Acre para Fontes Renováveis e Eficiência Energética



Apesar de sua participação modesta no consumo energético nacional, o Acre possui características técnicas e geográficas que apontam oportunidades significativas para a adoção de fontes renováveis e melhoria da eficiência energética. Historicamente, a matriz elétrica acreana caracterizou-se por limitada geração local renovável e grande dependência de importação de eletricidade de outros estados. Até recentemente, a geração interna era dominada por usinas termelétricas a diesel, tanto nas áreas interligadas quanto – sobretudo – em sistemas isolados. Entretanto, as condições naturais e estruturais do Acre oferecem potenciais expressivos para reverter esse quadro, conforme descrito a seguir:

## 2.2.1 Potencial de energia solar fotovoltaica

A fonte solar desponta como a mais promissora entre as renováveis no contexto acreano. O estado situa-se em região equatorial com alta incidência solar anual – um índice de irradiação solar satisfatório que confere grande potencial para projetos fotovoltaicos. Estudos indicam que, dadas as condições climáticas locais (altos níveis de insolação e temperatura estável), até 15% da energia elétrica consumida no Acre poderia ser suprida por geração solar fotovoltaica integrada ao sistema, sem comprometer a regulação da rede.

Esse percentual, calculado em análise de 2015, sugere margem significativa para inserir energia solar na matriz estadual. De fato, não há potencial hidrelétrico de grande porte nem recursos eólicos significativos no Acre, o que torna a solar (além da biomassa em menor escala) a alternativa renovável de destaque.

Nos últimos anos, a queda de custos de painéis fotovoltaicos e a criação de programas de incentivo à geração distribuída abriram caminho para projetos solares no estado – desde usinas de pequeno porte até sistemas em telhados de edificações públicas e privadas. O governo estadual enxerga na energia solar uma oportunidade dupla: diversificar a matriz elétrica (hoje dependente de fontes externas) e promover o desenvolvimento tecnológico local. Com a implantação de usinas solares piloto e linhas de financiamento verde, espera-se catalisar um mercado que aproveite esse potencial abundante. A título de exemplo, o programa “Mais Luz para a Amazônia” vem instalando sistemas solares em comunidades remotas da região Norte; no Acre, a concessionária local implementou uma microrrede solar na Vila Restauração, com 580 painéis fotovoltaicos (325 kWp) integrados a baterias de lítio e apoio de geradores para garantir fornecimento 24 horas. Essa iniciativa pioneira demonstrou ser tecnicamente viável levar energia limpa a locais isolados em plena Floresta Amazônica, reduzindo a necessidade de combustíveis fósseis e melhorando a qualidade de vida da população local.

## 2.2.2 Eficiência energética em prédios públicos

Outra frente essencial é a eficiência energética no patrimônio imobiliário público. Edifícios administrativos, escolas, unidades de saúde e demais instalações governamentais representam uma parcela considerável do consumo de energia no estado. Em nível nacional, o setor de edificações responde por quase 50% do consumo de eletricidade do Brasil, o que evidencia o peso dos prédios públicos e privados na demanda energética. No Acre, diagnosticar e reduzir o consumo nos órgãos públicos é uma estratégia de alto impacto e visibilidade, alinhada com os objetivos do programa de “descarbonização da administração pública”.

Medidas de eficiência energética em edificações públicas envolvem um conjunto de intervenções voltadas à redução do consumo de energia e à melhoria do desempenho das instalações. Entre as práticas mais amplamente reconhecidas e recomendadas encontram-se a substituição de sistemas de iluminação obsoletos por tecnologia LED de maior eficiência, a modernização de sistemas de climatização e condicionamento de ar por equipamentos com melhor desempenho energético, a adequação de envoltórias (como isolamento térmico e superfícies refletivas), a implementação de sistemas de automação e controle para evitar desperdícios, bem como ações de conscientização de usuários visando comportamentos que reduzam o consumo sem comprometer a funcionalidade dos espaços.



No Brasil, a política federal de eficiência energética é estruturada por instrumentos e programas coordenados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e operados por diversas entidades, com destaque para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, que atua historicamente para promover o uso eficiente de energia elétrica e combater o desperdício, inclusive em edificações públicas por meio de ações de divulgação, capacitação e certificação técnica de equipamentos e práticas eficientes. O PROCEL inclui o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e o chamado PBE Edifica, que estabelece requisitos técnicos de eficiência energética para edificações comerciais, de serviços e públicas, incentivando padrões mais rigorosos de desempenho energético em novos e existentes empreendimentos públicos. Esses instrumentos fazem parte de um arcabouço de políticas que orientam ações federais e podem ser mobilizados como referência em programas estaduais de eficiência.

Adicionalmente, o Programa de Eficiência Energética (PEE) regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obriga concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição a aplicar parte de sua receita líquida em projetos de eficiência energética, o que amplia a atuação direta em setores com elevado potencial de economia, incluindo o consumo público. Esse programa financia diagnósticos, substituições tecnológicas e intervenções que resultam em economia de energia ao longo do tempo.

Uma iniciativa recente que exemplifica o compromisso federal com a eficiência em edificações públicas foi anunciada em dezembro de 2024, quando o governo federal destinou R\$ 100 milhões para estimular reformas em prédios públicos (municipais, estaduais e federais) que reduzam o consumo de energia e promovam o uso de fontes renováveis, com foco em edifícios energeticamente eficientes ou próximos do conceito de “energia zero”. A chamada pública Procel, com habilitação das propostas em dezembro de 2025, teve por objetivo financiar tanto as intervenções de conservação energética quanto a instalação de geração renovável associada às edificações, com critérios que valorizam intervenções com maior potencial de redução de consumo.

No contexto do Estado do Acre, a incorporação dessas diretrizes federais ao plano estadual permite potencializar os resultados esperados de economia de energia e redução das emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que abre caminhos para acessar recursos federais e de cooperação técnica que suportem diagnósticos energéticos, capacitação de pessoal e a implementação de projetos piloto em edificações públicas.

### 2.2.3 Geração distribuída nos sistemas isolados e comunidades remotas

Um fator geográfico e demográfico importante do Acre é sua baixa densidade populacional e vastas distâncias, com localidades isoladas de difícil acesso na Amazônia. Essa realidade dificulta a expansão da rede elétrica convencional para todo o território. Diante disso, soluções descentralizadas de geração distribuída tornam-se atrativas e, muitas vezes, a única alternativa viável para garantir energia em regiões remotas. O programa de transição energética reconhece a necessidade de fomentar minigeradores locais, tipicamente solares fotovoltaicos com sistemas de armazenamento, nos municípios e comunidades não conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Vila Restauração - Foto: Pedro Devani/Secom



O Acre já conta com alguns exemplos de sucesso nesse âmbito. Conforme citado, a Vila Restauração recebeu um sistema de energia solar+baterias que eliminou a dependência quase total de um antigo gerador a diesel. Além de prover eletricidade 24 horas (algo inédito para os moradores), o projeto incorporou melhoria de eficiência (troca de lâmpadas e eletrodomésticos por modelos eficientes) para otimizar o consumo local. Esse modelo de microrredes renováveis, replicável em outras localidades isoladas, ataca dois problemas simultaneamente: a falta de abastecimento confiável e o alto custo/impacto ambiental do diesel enviado a esses recantos.

No contexto dos sistemas isolados municipais, até o final de 2024 permaneceriam quatro municípios acreanos sem conexão ao SIN: Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. Todos são de pequeno porte populacional e localizados em áreas de difícil acesso, atualmente atendidos por usinas termelétricas diesel de poucos megawatts.

Vila Restauração - Foto: Pedro Devani/Secom





**Sistema de energia solar foi implantado em aldeia indígena Raimundo Vale, do povo Arara em Porto Walter – Foto: Bento Marques**

O consumo conjunto dessas localidades é inferior a 30 GWh/ano, o que representa proporção ínfima frente ao mais de 1 TWh consumido anualmente no Acre. Isso sugere que soluções de geração distribuída renovável de pequena escala poderiam suprir boa parte da demanda desses municípios. O plano estadual de transição energética incentiva, portanto, parcerias com a concessionária e programas federais para instalar sistemas híbridos renováveis (principalmente solares fotovoltaicos com baterias) nessas comunidades, reduzindo gradativamente a necessidade de queima de óleo diesel. Além do ganho ambiental, essa estratégia traz economia na Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) – fundo que subsidia a geração isolada e cujos custos são rateados nacionalmente. Estimativas da ANEEL e EPE já demonstraram que a interligação elétrica ou substituição por renováveis nesses sistemas remotos gera economia de dezenas de milhões de reais por ano em subsídios, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade do serviço para as populações atendidas. entos de planejamento e orçamento do Estado.

## 2.3 Acre como Liderança na Transição Energética da Amazônia



Foto: Uêslai Araújo/Sema

O Estado do Acre reúne condições que o posicionam como um potencial líder e exemplo na transição energética da região amazônica. Primeiramente, o Acre possui uma reconhecida trajetória de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável: mais de 85% de seu território permanece coberto por floresta nativa, resultado de décadas de políticas de proteção e uso responsável dos recursos naturais. Esse histórico de preservação e economia de baixo carbono sublinha a vocação do Estado para energias limpas e sustentáveis, coerentes com a proteção de sua base florestal. Em outras palavras, a busca por uma matriz energética renovável no Acre não é apenas uma questão técnica, mas também ética e estratégica, converge com a identidade ambiental do estado, reforçando o compromisso de longo prazo com a redução do desmatamento e das emissões.

Liderar pelo exemplo na transição energética agrega valor à imagem do Acre como referência de sustentabilidade na Amazônia e fortalece sua posição em fóruns nacionais e internacionais de clima.

Adicionalmente, eventos recentes colocaram o Acre em situação vantajosa para dar um salto na mudança de sua matriz elétrica. O principal deles foi a recente interligação da região do Juruá (Cruzeiro do Sul e municípios próximos) ao Sistema Interligado Nacional, concluída em dezembro de 2024.

Essa linha de transmissão de 230 kV ligando Rio Branco a Feijó e Cruzeiro do Sul era aguardada há décadas e representou um marco histórico para o estado. O ONS sincronizou Cruzeiro do Sul ao SIN, garantindo maior segurança e confiabilidade ao atendimento elétrico do Acre, reduzindo drasticamente a dependência de geração térmica a diesel e priorizando fontes mais sustentáveis na região.

Na prática, a interligação adicionou cerca de 20 MW de suprimento firme via SIN para atender àquela parte do estado, substituindo uma capacidade equivalente de usinas locais a óleo diesel. Cruzeiro do Sul, até então o segundo maior sistema isolado do Brasil, atrás apenas de Boa Vista (RR), consumia sozinho cerca de 192 GWh/ano gerados a diesel (com pico de  $\cong 34$  MW), volume que impunha alto custo financeiro (estimado em R\$ 240 milhões anuais aos consumidores nacionais, via subsídios) e grande impacto ambiental. Com a linha inaugurada, essa dependência foi eliminada de imediato, trazendo energia mais limpa, barata e estável para aproximadamente 120 mil habitantes da região.

Os benefícios já se mostram expressivos: estima-se que o desligamento das usinas a diesel de Cruzeiro do Sul e arredores retire da atmosfera a emissão de cerca de 539 mil toneladas de CO<sub>2</sub> por ano, evitando a queima de milhões de litros de combustível fóssil, ao mesmo tempo em que gerará economia de R\$ 332 milhões anuais na CCC somente nessa localidade. Em termos estruturais, a matriz elétrica estadual passou por um ponto de inflexão: a participação da geração fóssil caiu de aproximadamente 20% para menos de 3% da oferta de eletricidade do Acre após a integração de Cruzeiro do Sul. Agora, 99% da população acreana é atendida por energia predominantemente renovável (majoritariamente fonte hídrica proveniente do SIN), restando as já citadas quatro pequenas municipalidades isoladas como únicas exceções. Essa conquista confere ao Acre um novo patamar de sustentabilidade no setor elétrico, diferenciando-o positivamente no contexto amazônico.



**Acre se junta a operadora internacional de energia. Foto: Diego Gurgel/Secom**

O estado pode concentrar esforços em gerir a demanda com eficiência, expandir geração renovável distribuída e consolidar-se como vitrine de políticas públicas verdes. Liderar a transição energética na Amazônia, para o Acre, significa demonstrar que mesmo um estado distante dos grandes centros e de infraestrutura limitada pode, com planejamento e vontade política, alcançar uma matriz elétrica praticamente limpa e resiliente. Isso inspira outros estados amazônicos vizinhos – muitos dos quais ainda enfrentam forte dependência de diesel – a seguirem caminho similar. O programa acreano, portanto, busca compartilhar experiências, tecnologias e lições aprendidas em fóruns regionais (como o Fórum de Governadores da Amazônia Legal e o Fórum Nacional de Transição Energética - FONTE), amplificando seu impacto.

## 2.4 Contribuição para a neutralidade climática e descarbonização da Administração Pública

A implementação do Programa Estadual de Transição Energética trará contribuições diretas e mensuráveis para as metas de neutralidade climática do Acre e do Brasil, por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de energia e da descarbonização das atividades governamentais. Em termos quantitativos, as ações propostas (como a troca de matriz nos sistemas isolados, a adoção de energia solar em edifícios públicos e a modernização de equipamentos) irão diminuir significativamente a queima de combustíveis fósseis. Conforme visto, a substituição de geração a diesel por fontes limpas já realizada em 2024 teve impacto imediato na mitigação de emissões do estado, um benefício que será ampliado conforme novos projetos renováveis entrem em operação.

**Ações integradas do governo do Acre contribuem para redução de mais de 73% nos focos de queimada em agosto de 2025. Foto: Uêslai Araújo/Sema**



Conforme informações da concessionária de Energia, Energisa, apenas com a integração de Cruzeiro do Sul, as emissões anuais do setor elétrico acreano caíram em torno de 150 mil toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, considerando a diferença de fator de emissão entre a energia a diesel substituída e a energia predominantemente hidrelétrica recebida via SIN. Adicionalmente, a expansão de geração solar distribuída no estado terá efeito multiplicador: embora a matriz importada do SIN já seja majoritariamente renovável, cada MWh solar gerado localmente contribui para evitar despacho de termelétricas complementares no sistema nacional e reduz perdas de transmissão, incrementando a sustentabilidade geral.

No âmbito da administração pública estadual, o programa de transição energética propõe a adoção de diretrizes estruturantes voltadas à descarbonização das atividades governamentais, com potencial para posicionar o Estado do Acre como referência subnacional na incorporação da agenda climática à gestão pública.

A definição de metas institucionais progressivas, ainda que sujeitas a validação técnica e orçamentária ao longo da implementação, constitui instrumento fundamental para orientar decisões, priorizar

investimentos e induzir mudanças estruturais no padrão de consumo energético e de mobilidade da administração pública.

Nesse contexto, o programa contempla a ampliação gradual da participação de fontes renováveis no consumo de energia elétrica dos órgãos públicos, bem como a modernização da frota oficial, por meio da substituição progressiva de veículos movidos a combustíveis fósseis por alternativas de menor intensidade de carbono, como veículos elétricos ou híbridos. Associadas a medidas de racionalização do uso, gestão eficiente da frota e planejamento logístico, essas iniciativas tendem a reduzir de forma consistente as emissões de dióxido de carbono relacionadas ao transporte governamental.

De forma complementar, as ações de eficiência energética aplicadas aos edifícios públicos – incluindo a modernização de sistemas, a melhoria do desempenho energético das instalações e a incorporação de tecnologias mais eficientes – reforçam o papel das metas como mecanismos de indução à redução do consumo e das emissões associadas.

**Instalação de placas solares no prédio do Procon - Foto: Ascom/Procon**



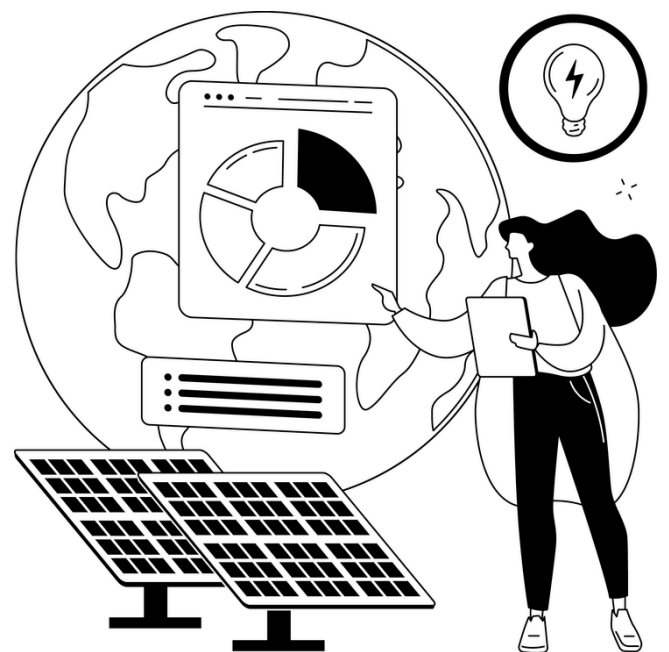


O Acre planeja, inclusive, aprimorar seu inventário de emissões estaduais e criar mecanismos de monitoramento contínuo dos ganhos obtidos com o programa, por exemplo, contabilizando a queda no consumo de diesel, gasolina e eletricidade convencional e convertendo-a em toneladas de CO<sub>2</sub> evitadas. Esses indicadores alimentam a transparência e permitem relatar os progressos em relatórios climáticos (inventários de GEE) e nos instrumentos de prestação de contas do estado.

Por fim, a descarbonização promovida pelo programa traz benefícios que reforçam sua justificativa. A melhoria da qualidade do ar local nas comunidades onde geradores a diesel forem desligados, a redução de ruídos (como ocorreu em Cruzeiro do Sul, onde os antigos motores chegavam a 75 dB e perturbavam a população e a diminuição da exposição a oscilações de preço de combustíveis fósseis são ganhos diretos para a sociedade acreana. É importante frisar que a neutralidade climática envolve não apenas reduzir emissões, mas também

compensar ou absorver aquelas que restarem. O Acre, por deter extensas áreas florestais, já desempenha um papel crucial como sumidouro de carbono. Iniciativas pioneiras do estado em REDD+ (redução de emissões do desmatamento) e serviços ambientais geraram créditos de carbono e financiamento internacional ao longo da última década. O Programa de Transição Energética soma-se a esse esforço integrado de sustentabilidade: ao diminuir a dependência de combustíveis fósseis, libera-se mais espaço no “orçamento de carbono” para atividades econômicas essenciais e reduz-se a pressão para compensação futura.

Em outras palavras, cada tonelada de CO<sub>2</sub> não emitida hoje pelo setor de energia representa menos esforço de sequestro ou compensação necessário amanhã, facilitando o cumprimento de eventuais metas de neutralização líquida.



No âmbito econômico, a redução de gastos operacionais com energia na estrutura pública (via eficiência e geração própria) liberará recursos do tesouro estadual que podem ser realocados para saúde, educação ou investimentos sustentáveis, criando um ciclo virtuoso. Além disso, ao posicionar-se na vanguarda da transição energética, o Acre pode atrair projetos-piloto, parcerias e investimentos “verdes” – consolidando um ecossistema local de inovação em energia limpa, com geração de empregos qualificados e capacitação técnica da mão-de-obra regional.

Neste sentido, o Programa Estadual de Transição Energética do Acre apoiam-se em pilares sólidos: a aderência a compromissos climáticos globais e nacionais (garantindo alinhamento estratégico), o reconhecimento de um rico potencial técnico para energias renováveis e eficiência no estado (justificando as ações propostas), a oportunidade de liderança e demonstração de resultados positivos na Amazônia (dado o histórico ambiental acreano e os marcos recentes alcançados), e a contribuição efetiva para a redução de emissões e descarbonização da máquina pública (gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos de longo prazo). Com base em dados de instituições como MME, ONS, EPE e na experiência exitosa de programas federais e iniciativas locais (Energisa, projetos de eficiência, etc.), o plano se sustenta em evidências concretas e objetivos factíveis. O Acre, dessa forma, se prepara para liderar pelo exemplo, mostrando que a transição energética não é apenas necessária frente às mudanças climáticas, mas também possível e vantajosa em um estado amazônico comprometido com um futuro.

**Foto: Diego Gurgel/Secom**





# 3. OBJETIVOS

## 3.1 Objetivo Geral

Promover a transição energética sustentável nos órgãos públicos estaduais, por meio da eficiência energética, uso de fontes renováveis e inovação na gestão do consumo de energia.

## 3.2 Objetivos específicos

- Reduzir o consumo energético e os custos operacionais dos órgãos públicos;
- Implantar geração de energia renovável nos prédios públicos;
- Modernizar os sistemas elétricos e equipamentos;
- Estruturar a governança energética no Estado;
- Capacitar servidores públicos em gestão energética;
- Monitorar e reduzir emissões de carbono associadas ao consumo de energia.

# 4. ESCOPO

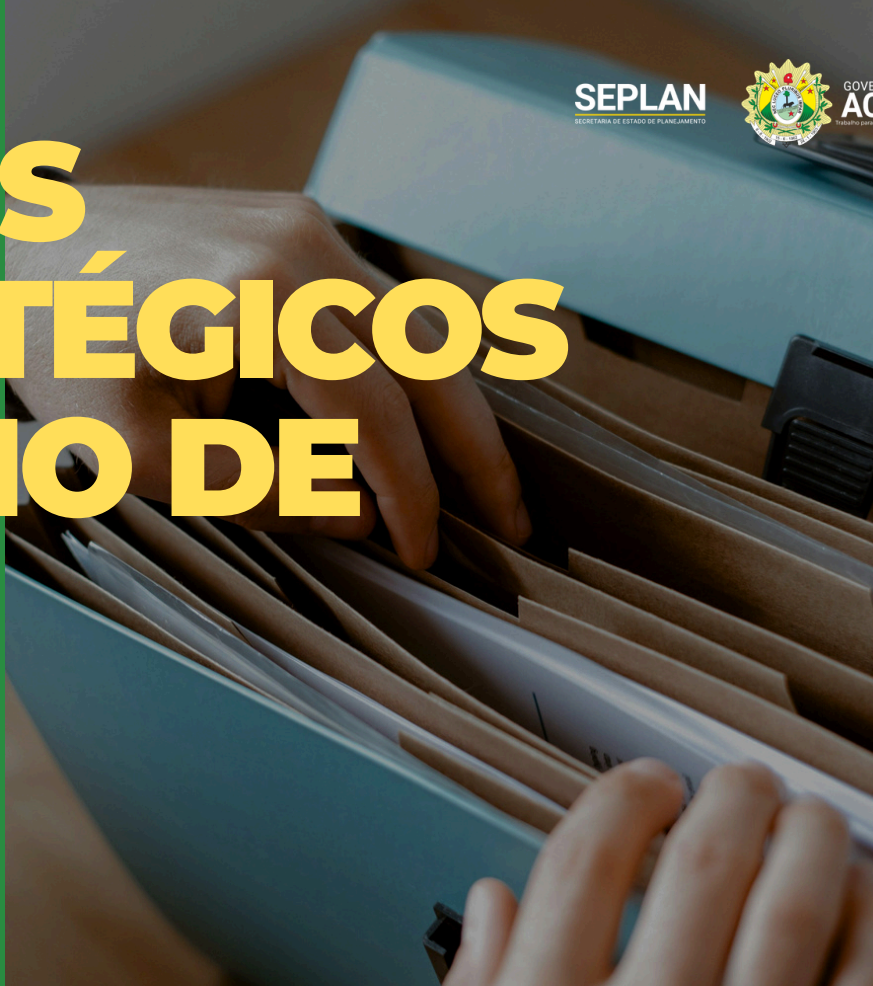


O escopo do Programa Estadual de Transição Energética foi definido com base em critérios de relevância institucional, potencial de redução de consumo energético, impacto fiscal, replicabilidade das soluções e viabilidade técnica, priorizando ativos sob responsabilidade direta da Administração Pública Estadual. A abrangência adotada busca assegurar que as ações do programa incidam sobre os principais centros de consumo e decisão do setor público, ao mesmo tempo em que cria condições para a padronização de soluções, o ganho de escala na implementação e a consolidação de práticas estruturantes de eficiência energética e uso de fontes renováveis. Adicionalmente, o escopo considera a necessidade de incorporar critérios de sustentabilidade desde a fase de concepção de novos empreendimentos públicos, evitando a perpetuação de ineficiências e ampliando os benefícios de longo prazo das intervenções propostas.

Nesse contexto, o programa abrange:

- Prédios administrativos estaduais, incluindo secretarias, autarquias, fundações e demais unidades do Estado;
- Escolas estaduais, considerando seu elevado número de unidades, perfil de consumo contínuo e relevância social, bem como o potencial de integração entre eficiência energética, geração renovável e ações educativas;
- Unidades de saúde, tais como hospitais, unidades mistas e centros especializados, caracterizadas por consumo energético intensivo e necessidade de elevada confiabilidade no fornecimento;
- Equipamentos públicos estratégicos, compreendendo instalações vinculadas às áreas de segurança pública, infraestrutura e serviços essenciais, cuja operação contínua demanda soluções energéticas eficientes e resilientes;
- Novas edificações públicas, para as quais serão incorporados, desde a fase de projeto, critérios de eficiência energética, desempenho ambiental e integração de fontes renováveis, em consonância com normas técnicas e diretrizes federais aplicáveis.

# 5. EIXOS ESTRATÉGICOS E PLANO DE AÇÕES



Os eixos estratégicos e o conjunto de ações do Programa Estadual de Transição Energética foram estruturados de forma a refletir uma abordagem integrada e sequencial de implementação da política pública, articulando diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. A organização do plano em eixos temáticos estrutura as intervenções segundo funções complementares e interdependentes, que abrangem o diagnóstico e a gestão do consumo energético, a eficiência energética e a modernização das instalações públicas, a ampliação da geração renovável e o desenvolvimento de soluções descentralizadas, bem como a descarbonização das atividades governamentais associada à inovação, ao financiamento e às parcerias institucionais. De forma transversal, os eixos de capacitação e cultura institucional e de monitoramento e governança asseguram o fortalecimento das capacidades técnicas, a coordenação interinstitucional e o acompanhamento sistemático dos resultados. Essa estrutura permite a priorização racional das ações, o ganho de escala na implementação, a integração entre órgãos e a adequada vinculação aos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado.

## PROGRAMA: GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E SERVIÇOS PÚBLICOS

**OBJETIVO DO PROGRAMA:** Promover uma administração de forma eficiente, com foco na modernização, boas práticas de gestão pública e transparência, garantindo maior acessibilidade aos serviços públicos, aprimoramento de ferramentas e processos para garantir a efetividade das políticas públicas, integrando ações e resultados.

## OBJETIVO ESPECÍFICO: Promover a transição e eficiência energética na administração pública

EIXO	AÇÃO PRIORITÁRIA	RESPONSÁVEL	INSTRUMENTO	PRAZO	FONTE DE RECURSOS	PRODUTO/ENTREGA	INDICADORES
<b>DIAGNÓSTICO E GESTÃO DO CONSUMO</b>	Criar base de dados do consumo energético dos imóveis da Administração Pública do Estado do Acre.	AGEAC SEFAZ	Estudos e levantamentos	2026	Orçamento próprio	Base de dados consolidada	Unidades mapeadas (%)
	Classificar os edifícios por eficiência energética	AGEAC	Metodologia Técnica	2027	Orçamento próprio	Inventário energético do Estado publicado	Edifícios classificados (nº)
	Implantar Sistema de Gestão Energética	AGEAC	Plataforma Digital	2027	Financiamento e/ou cooperação	Plataforma de monitoramento de consumo energético	Consumo monitorado (kWh/UC)
	Realizar o levantamento, a padronização e a validação dos dados da frota oficial do Estado.	SEAD	Estudos e levantamentos	2026	Orçamento próprio	Inventário da frota veicular oficial do Estado	Veículos levantados (nº)

	Diagnosticar e racionalizar a frota oficial, incorporando soluções tecnológicas e sustentáveis de mobilidade.	SEAD	Estudos e normativos	2027	Orçamento próprio	Relatório Técnico de Diagnóstico, Racionalização e Diretrizes para Gestão Sustentável da Frota Oficial publicado	Órgãos adequados às diretrizes (%)
	Implantar o novo Sistema de Gestão da Frota Veicular do Estado do Acre.	SEAD	Plataforma Digital	2027	Orçamento próprio	Sistema de Gestão da Frota Veicular implantado	Veículos monitorados (nº)
	Mapear experiências exitosas de transição e eficiência energética, com foco em regiões amazônicas e sistemas isolados.	SEOP	Estudos e Pesquisas	2026	Orçamento próprio	Relatório de mapeamento de experiências e sugestões de aplicação publicado	Experiências mapeadas e sistematizadas (nº)
	Avaliar o potencial para utilização de fontes renováveis de energia em prédios públicos, considerando características geográficas e climáticas do Estado.	SEOP	Metodologia técnica	2026	Orçamento próprio	Relatório de Oportunidades publicado	Prédios avaliados (nº)

<b>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MODERNIZAÇÃO</b>	Modernizar sistemas de iluminação e climatização.	SEOP	Contratações	2027	Financiamento e/ou parcerias	Sistemas modernizados	Redução de kWh (%)
	Incorporar critérios de eficiência em obras públicas	SEOP	Estudos e metodologia técnica	2026	Orçamento próprio	Normas Técnicas publicadas	Normas Técnicas (nº)
	Estabelecer metas institucionais progressivas de redução de emissões	SEPLAN	Revisão dos planejamentos estratégicos	2027	Sem custos	Metas definidas	Cumprimento das metas (%)
	Implantar sistema integrado de automação predial em edifícios públicos prioritários para otimização do consumo energético.	SEOP Concessionária	Projeto técnico de automação predial Editais de contratação	2028	Financiamento e/ou parcerias	Edifícios públicos automatizados	Redução do consumo de energia elétrica nos prédios automatizados (%)
<b>GERAÇÃO RENOVÁVEL E SOLUÇÕES DESCENTRALIZADAS</b>	Implantar sistemas fotovoltaicos em prédios públicos.	SEOP	Obras	2028	Financiamento (Fundo Clima/BNDES)	Sistemas instalados	kWp instalados (nº)
	Desenvolver microssistemas híbridos.	SEOP Concessionária	Obras	2029	Financiamento e/ou parcerias	Sistemas híbridos	Diesel evitado (Lt)
	Estruturar modelos de geração compartilhada.	SEOP Concessionária	Obras	2030	Financiamento e/ou parcerias	Projetos estruturados	Energia gerada (kWh)

<b>DESCARBONIZAÇÃO INOVAÇÃO, FINANCIAMENTO E PARCERIAS</b>	Elaborar plano de renovação da frota oficial para veículos de baixo carbono (elétricos, híbridos ou outros), com estabelecimento de metas graduais.	SEAD SEPLAN	Aquisição	2026	Orçamento próprio e financiamento	Frota modernizada	Veículos substituídos (nº)
	Estruturar carteira de projetos financiáveis	SEPLAN	Consultoria	2026	Financiamento (ProGestão/BIRD)	Carteira de Projetos publicada	Carteira de Projetos publicada (nº)
	Atualizar o Plano de Controle de Poluição Veicular	SEMA DETRAN	Metodologia técnica	2026		Plano de Controle de Poluição Veicular atualizado e publicado	Plano de Controle de Poluição Veicular atualizado e publicado
<b>CAPACITAÇÃO E CULTURA INSTITUCIONAL</b>	Capacitar gestores e servidores em eficiência e transição energética.	SEAD SEPLAN	Cursos e oficinas	2026	Cooperação	Servidores capacitados	Capacitações (nº)
	Realizar campanhas de conscientização e comunicação, internas e externas, sobre as ações e benefícios da transição energética.	SEMA	Palestras Workshops Plano de Comunicação	2026	Orçamento Estadual	Campanha realizada	Campanhas e eventos (nº)

<b>MONITORAMENTO E GOVERNANÇA</b>	Institucionalizar a governança da transição energética, com criação de instância gestora permanente (Comitê ou Comissão).	CASA CIVIL PGE	Portaria Decreto	2026	Sem custos	Decreto/Portaria publicados	Indicadores acompanhados (nº)
	Integrar as metas de transição energética aos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado (PPA, LDO e LOA)	SEPLAN	Inclusão nos instrumentos	2026	Sem custos	Ações orçamentárias criadas	Execução orçamentária (%)
	Implantar sistema de monitoramento e avaliação	SEPLAN SEFAZ AGEAC	Plataforma Digital	2028	Financiamento e/ou parcerias	Relatórios publicados	Sistema de monitoramento (nº)

# 6. CRONOGRAMA

O cronograma de implementação do Programa Estadual de Transição Energética foi estruturado em fases sequenciais e parcialmente sobrepostas, de modo a assegurar coerência entre o avanço técnico das ações e a capacidade institucional de execução. A fase de diagnóstico concentra-se no levantamento, sistematização e análise dos dados de consumo, infraestrutura e frota, fornecendo a base técnica para a definição de prioridades e diretrizes. Na etapa de projetos piloto, são testadas e validadas soluções de eficiência energética, geração renovável e descarbonização em unidades selecionadas, permitindo ajustes metodológicos e institucionais. O escalonamento do programa corresponde à ampliação gradual das ações exitosas, com integração aos instrumentos de planejamento e orçamento e fortalecimento de parcerias e fontes de financiamento. Por fim, a fase de consolidação e avaliação visa institucionalizar as práticas adotadas, avaliar os resultados alcançados e promover a atualização contínua das diretrizes, assegurando a sustentabilidade e a efetividade do programa no longo prazo.

**Tabela 1 – Cronograma por fases**

Fase	Prazo Estimado
Diagnóstico	6–12 meses
Projetos Piloto	12–24 meses
Escalonamento do Programa	24–48 meses
Consolidação e Avaliação	48–60 meses

Fonte: Elaboração própria

# 7. MATRIZ DE RISCOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Risco Identificado	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas de Mitigação	Responsáveis
Restrição orçamentária	Limitações fiscais e concorrência com outras prioridades podem comprometer a execução das ações previstas	Média	Alto	Alto	Diversificação de fontes de financiamento; estruturação de projetos financiáveis; uso de fundos, emendas parlamentares, linhas de crédito e parcerias público-privadas	SEPLAN / SEFAZ
Capacidade técnica limitada	Insuficiência de equipes técnicas especializadas para planejar, executar e monitorar ações de transição energética	Média	Médio	Médio	Programas de capacitação contínua; apoio técnico especializado; cooperação técnica com instituições federais, universidades e organismos multilaterais	SEPLAN / SEAD
Resistência institucional	Baixo engajamento dos órgãos e resistência a mudanças nos processos administrativos e operacionais	Média	Médio	Médio	Estratégia de comunicação institucional; sensibilização dos gestores; envolvimento da alta liderança; pactuação de responsabilidades e metas compartilhadas	Casa Civil / SEPLAN
Manutenção dos sistemas implantados	Risco de perda de desempenho ou interrupção de sistemas de eficiência energética e geração renovável por falta de manutenção adequada	Baixa	Alto	Médio	Previsão contratual de operação e manutenção; capacitação de equipes locais; definição de responsabilidades técnicas; acompanhamento periódico do desempenho dos sistemas	SEOP / Órgãos Setoriais

# 8. RESULTADOS ESPERADOS

A implementação do Programa Estadual de Transição Energética está orientada à geração de resultados estruturantes, capazes de produzir efeitos duradouros sobre a gestão pública, a sustentabilidade fiscal e ambiental e a posição estratégica do Estado do Acre no contexto regional amazônico. Os resultados esperados refletem a combinação entre eficiência administrativa, inovação tecnológica e alinhamento às agendas climáticas, contribuindo para a consolidação da transição energética como política pública transversal e permanente. Dentre os resultados esperados, destacam-se principalmente:

- **Redução sustentável dos gastos públicos com energia:** Espera-se a diminuição progressiva dos custos associados ao consumo de energia elétrica e combustíveis na Administração Pública Estadual, a partir da adoção de medidas de eficiência energética, da racionalização do uso dos ativos públicos e da incorporação de geração renovável;
- **Modernização da infraestrutura pública:** O programa contribuirá para a atualização tecnológica e funcional das edificações, sistemas e equipamentos públicos, incorporando padrões mais elevados de desempenho energético, confiabilidade e resiliência. A modernização da infraestrutura, especialmente em escolas, unidades de saúde e equipamentos estratégicos, tende a melhorar a qualidade dos serviços públicos, reduzir custos de

operação e manutenção e prolongar a vida útil dos ativos;

- **Diminuição das emissões GEE do Estado:** A substituição gradual de fontes fósseis por fontes renováveis, a redução do consumo energético e a racionalização da frota e dos sistemas públicos resultarão em menor emissão de gases de efeito estufa associada às atividades governamentais. Essa diminuição das emissões reforça a contribuição do Estado do Acre para o cumprimento das metas climáticas nacionais e internacionais, além de potencializar os benefícios ambientais locais, como a melhoria da qualidade do ar e a redução de impactos associados à geração térmica;
- **Fortalecimento da imagem institucional do Acre como referência em sustentabilidade:** Ao adotar práticas consistentes de transição energética e descarbonização da gestão pública, o Estado do Acre fortalece sua imagem institucional como referência em políticas de sustentabilidade e inovação na Amazônia. Esse posicionamento amplia a credibilidade do Estado junto a organismos nacionais e internacionais, facilita o acesso a financiamentos climáticos e parcerias estratégicas e reforça o papel do governo como indutor de boas práticas no setor público e na sociedade;

- **Contribuição efetiva à transição energética na Amazônia:** O programa permitirá que o Acre atue como laboratório e vitrine de soluções adaptadas às especificidades amazônicas, especialmente no que se refere a sistemas isolados, geração distribuída e eficiência energética em contextos de baixa densidade populacional e grande extensão territorial. A disseminação de experiências, aprendizados e modelos institucionais contribuirá para a transição energética regional, apoiando outros estados amazônicos na superação da dependência de fontes fósseis e na construção de sistemas energéticos mais limpos, resilientes e economicamente eficientes.

Usina fotovoltaica da Vila Restauração - Foto: Divulgação



# 9. FONTES E REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Principal fonte de energia de cada estado do Brasil. Disponível em: <https://www.site.abrhidro.org.br/post/principal-fonte-de-energia-de-cada-estado-do-brasil>

Cenário Energia. Acre se conecta ao SIN: Nova linha de transmissão elimina uso de diesel e reduz R\$ 240 milhões nos custos de energia. Disponível em: <https://cenarioenergia.com.br/2024/12/17/acre-se-conecta-ao-sin-nova-linha-de-transmissao-elimina-uso-de-diesel-e-reduz-r-240-milhoes-nos-custos-de-energia/>

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. EPE publica Análise de Interligação das 4 últimas áreas isoladas no estado do Acre. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/imprensa/noticias/epe-publica-analise-de-interligacao-das-4-ultimas-areas-isoladas-no-estado-do-acre>

\_\_\_\_\_. Identificação das Localidades Isoladas do Acre que podem Apresentar Benefícios Econômicos com a Interligação ao SIN. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-826/EPE-DEE-NT-023-2023-rev0%20-%20Localidades%20Candidadas%20%C3%A0%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Acre%20-vV.pdf>

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/pt/objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel>

Grupo Energisa. Grupo Energisa conclui desligamento de 20 termelétricas e reduz em mais de 500 mil toneladas as emissões de CO<sub>2</sub> na Amazônia. Disponível em: <https://www.energisa.com.br/noticias/energia-que-transforma/grupo-energisa-conclui-desligamento-de-20-termeletricas-e-reduz-em>

\_\_\_\_\_. No Acre, vila vira referência em energia limpa. Disponível em: <https://www.energisa.com.br/noticias/cop30/no-acre-vila-vira-referencia-em-energia-limpa>

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.energisa.com.br/relatorio-de-sustentabilidade>

Ministério de Minas e Energia. Com início de operação, linha de transmissão no Acre reduzirá custos com energia elétrica aos brasileiros. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/com-inicio-de-operacao-linha-de-transmissao-no-acre-reduzira-custos-com-energia-eletrica-aos-brasileiros>

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Transição Energética. Disponível em: <  
<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/sntep/dte/cgate/pnte#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Transi%C3%A7%C3%A3o,a%20servi%C3%A7os%20energ%C3%A9ticos%20de%20qualidade>>

\_\_\_\_\_. Eficiência Energética em Edifícios: um importante vetor de desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/eficiencia-energetica-em-edificios-um-importante-vetor-de-desenvolvimento#:~:text=Dados%20do%20Minist%C3%A9rio%20de%20Minas,a%20Efici%C3%A4ncia%20Energ%C3%A9tica%20em%20Edifica%C3%A7%C3%B5es>>

ONS – Operador Nacional do Sistema. Plano Anual da Operação Energética dos Sistemas Isolados para 2024. Disponível em: <https://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/RT-ONS%20DPL%200547-2023%20-%20PEN%20SISOL%202024%201.pdf>

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento do Acre. Orçamento Climático do Estado do Acre. Disponível em: <<https://seplan.ac.gov.br/orcamento-climatico-do-estado-do-acre/>>

PBE – Programa Brasileiro de Etiquetagem. Diretrizes para a Etiquetagem de eficiência energética em edificações. Disponível em: <<https://www.pbeedifica.com.br/sites/default/files/INI/Diretrizes%20gerais%20para%20classifica%C3%A7%C3%A3o%20A%20-%20Retrofit.pdf>>

WRI Brasil - World Resources Institute. Neutralidade de Carbono. Estudos e ferramentas ajudam a medir, monitorar e reduzir emissões de diferentes setores, apoiando governos e o setor privado na construção de uma economia neutra em carbono até 2050. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/projetos/neutralidade#:~:text=Na%20revis%C3%A3o%20de%20su%C3%A9ria%20NDC%2C,mitiga%C3%A7%C3%A3o%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20e%20justi%C3%A7a%20clim%C3%A1tica>

WWF-Brasil. Potencial de Aproveitamento de Energia Renovável no Estado do Acre. Disponível em: [https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/9out16\\_rel\\_acre\\_completo.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/9out16_rel_acre_completo.pdf)

\_\_\_\_\_. Potencial da Energia Renovável no Acre. Superando o desafio logístico, socioeconômico e ambiental. Disponível em: <  
[https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/potencial\\_energia\\_renovavel\\_no\\_acre\\_sumario\\_executivo.pdf#:~:text=grande%20potencial%20para%20a%20energia,Proje%C3%A7%C3%A3o%20da%20demanda%20de%20energia](https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/potencial_energia_renovavel_no_acre_sumario_executivo.pdf#:~:text=grande%20potencial%20para%20a%20energia,Proje%C3%A7%C3%A3o%20da%20demanda%20de%20energia)>

# 10. ANEXOS

1 Decreto Estadual nº 11.681, de 23 de abril de 2025

2 Plano de Trabalho

3 Decreto Alteração nº 11.751, de 08 de setembro de 2025

4 Decreto nº 11.744, de 28 de agosto de 2025

**Integração do Acre ao Sistema Interligado Nacional (SIN) – Foto: Energisa Acre**



PLANO DE AÇÕES PARA A TRANSIÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE

# SEPLAN

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
PLANEJAMENTO



GOVERNO DO  
**ACRE**

Trabalho para cuidar das pessoas